

PRESENÇA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS NO ENTORNO DO MONA SÃO FRANCISCO

Kamila Oliveira Queiroz¹

Maristela Casé Costa Cunha²

Resumo: Este artigo traz uma análise documental dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) de escolas próximas a unidades de conservação (UCs), com ênfase no Monumento Natural do Rio São Francisco (MONA São Francisco), Nordeste brasileiro. Os resultados indicam escassez de literatura focada na integração de conceitos ambientais relacionados a Educação Ambiental em UCs nos PPPs. Exibiu indisponibilidade dos PPPs de 13, das 15 escolas do entorno MONA São Francisco. E, por fim, nos PPPs analisados, a falta de conteúdo sobre a UC, atestando a necessidade de adequação a realidade local das escolas de ensino básico.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Monumento Natural; Nordeste Brasileiro; Ensino Fundamental.

Abstract: This article presents a documentary analysis of the Political Pedagogical Projects (PPPs) of schools close to conservation units (CUs), with an emphasis on the Natural Monument of the São Francisco River (MONA São Francisco), Northeast Brazil. The results indicate a lack of literature focused on the integration of environmental concepts related to Environmental Education in UCs in PPPs. It showed unavailability of PPPs in 13 of the 15 schools in the MONA São Francisco area. And, finally, in the PPPs analyzed, the lack of content about UC, attesting to the need to adapt to the local reality of basic education schools.

Keywords: Conservation Units; Natural Monument; Brazilian Northeast; elementary School.

¹ Universidade Estadual da Bahia. E-mail: kamilaqueiroz75@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002277124550441>

² Universidade Estadual da Bahia. E-mail: mccunha@uneb.br

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8662135103002801>

Introdução

A Educação Ambiental (EA) é um componente essencial para a consolidação de novos modelos de desenvolvimento sustentável de caráter social, visando a melhoria da qualidade de vida das populações. Por isso, é participativa, envolvendo indivíduos e comunidades na criação de novos valores sociais e éticos, conhecimentos, atitudes, competências e habilidades que apontam para a concretização do direito a um ambiente equilibrado em benefício das gerações presentes e futuras (MEDINA, 2002). Seu papel é significativo na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente.

De acordo com Barbosa (2012), a EA é considerada um dos elementos básicos da Educação, pois fomenta a construção de alternativas que melhoram a sustentabilidade. Nas escolas, essa abordagem é crucial para inspirar a consciência ambiental dos alunos, permitindo que eles tomem decisões responsáveis sobre o uso dos recursos naturais e sustentáveis. Por isso, a forma como a EA é incorporada às iniciativas pedagógicas impacta de diferentes formas na percepção e no comportamento dos alunos (GRZEBIELUKA, 2014). A EA é, portanto, uma ferramenta que não deve ser utilizada isoladamente, mas como parte de um processo educativo continuado que conduza a uma prática transformadora. E, por isso, deve estar inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino.

O PPP é um plano orientador para as ações pedagógicas, definindo os objetivos de aprendizagem a serem alcançados ao longo do ano, elaborados de forma democrática, participativa, descentralizada e transparente por participantes das instituições com compreensão teórica e crítica da política pública educacional e das tendências subjacentes à prática pedagógica (BRASIL, 1996; VEIGA, 2000; DOURADO, 2019; LIBÂNEO, 2012). Cavalcanti (2008) diz que, ao desenvolver um PPP eficaz para uma escola, é preciso considerar a área geográfica ou ambiente em que ela está inserida e as características e peculiaridades específicas do local. Isto significa que os PPPs devem ser adaptados às necessidades e exigências específicas da comunidade e do contexto escolar.

Algumas escolas estão localizadas no entorno ou interior de Unidades de Conservação (UCs). Estas compreendem áreas de proteção integral constituídas por estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais, santuários de vida selvagem, refúgios de vida silvestre e os monumentos naturais (BRASIL, 2000; MEDINA 2002; SANTOS, 2015; SILVA, 2020). As UCs desempenham um papel importante na proteção da biodiversidade, na preservação de ecossistemas frágeis e na promoção de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. No Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o órgão responsável pela criação e gestão das UCs.

Um dos tipos de UCs são os Monumentos Naturais (MONA), que se distinguem como áreas protegidas com características naturais excepcionais em termos de sua beleza cênica, raridade, importância científica ou valor cultural (ICMBio, 2016). São áreas estabelecidas para proteção e conservação da paisagem, dos recursos naturais e da biodiversidade. Podem abranger diversos

tipos de formações geológicas, tais como cavernas, formações rochosas, montanhas, cânions, cachoeiras, entre outros elementos de destaque natural. Alguns exemplos de monumentos naturais no país são: Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins; Monumento Natural do Rio São Francisco e Monumento Natural do Morro do Pai Inácio. A criação dessas áreas protegidas também possibilita a visitação, assim as pessoas podem apreciar e desfrutar de sua beleza natural, ao mesmo tempo, em que são tomadas medidas para evitar danos e impactos negativos (ICMBio, 2016; FUNDAJ, 2023).

Aspectos técnicos, políticos e econômicos são cruciais para atingir os objetivos das UCs, tais como: planejamento, área, localização e conectividade com outras áreas naturais, planos de desenvolvimento regional, inspeções, capacidade institucional, aspectos legais e o Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais (PPPEA) (WWF, 2012). O PPPEA é um procedimento que busca discutir, refletir, planejar, expressar e promover a implementação de processos educativos (formais, não formais e ambientais) necessários para a maior conservação da biodiversidade, gestão da UC e qualidade de vida dos grupos sociais mais significativos na gestão da unidade, objetivando desenvolver estratégias educativas que promovam o desenvolvimento de capacidades de gestão territorial (ICMBio, 2023). Com objetivo central de proteção da diversidade biológica, diante da frequência gradativa das crises ambientais, é fundamental considerar o ser humano durante o processo de criação das UCs, bem como sua participação em programas de EA em busca de uma conservação mais efetiva (TORRES, 2015).

Como exposto, o PPP é caracterizado como um programa global da instituição, entendido como a sistematização do processo de planejamento participativo, por meio do qual é refinado, concretizado, e definindo claramente quais os tipos de ações educativas devem ser realizados. Nesse contexto, em escolas localizadas no interior ou próximas as UCs, o PPP é uma ferramenta teórico-metodológica capaz de intervir e mudar a realidade local como um elemento organizador e integrador das práticas de uma instituição (VASCONCELOS, 2004).

Nessa perspectiva, é fundamental investigar como as escolas no entorno de UCs implementam a EA e compreender o quanto essas abordagens facilitam a formação dos alunos e a propagação da consciência ambiental. O MONA São Francisco contribui para a manutenção dos ecossistemas aquáticos e terrestres no bioma caatinga, bem como, para a preservação de espécies de fauna e flora que dependem do rio e de seus arredores para sobreviver (ICMBio, 2016). Dessa forma, o objetivo deste estudo foi avaliar em que medida a EA foi integrada nos Projetos Políticos Pedagógicos em UCs, com ênfase no entorno do MONA São Francisco.

Material e Métodos

Caracterização do local de estudo

O Monumento Natural do Rio São Francisco (MONA São Francisco) é uma UC localizada na região Nordeste do Brasil, abrangendo parte dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas (Figura 1). Segundo o ICMBio (2023), a UC foi criada por decreto n.º 5 de junho de 2009, pertence ao bioma Caatinga, com área total de 26.736,30 hectares, aproximadamente 195 quilômetros quadrados. O artigo 1º da lei objetiva a criação e preservação dessa UC, visando proteger ecossistemas naturais de importância ecológica e beleza paisagística para a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de EA e de ecoturismo.

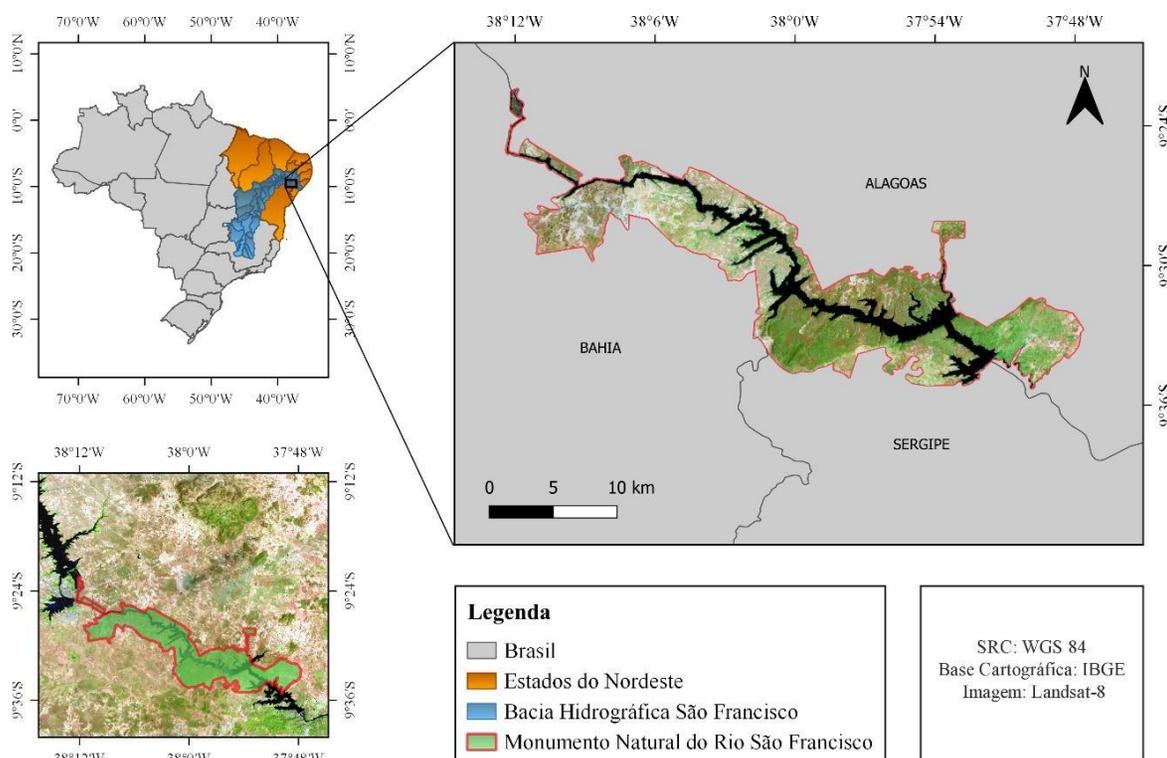


Figura 1: Mapa de localização e território ocupado pelo MONA São Francisco.

Fonte: Simplício (2021).

Procedimentos metodológicos

A primeira etapa do trabalho consistiu na obtenção dos trabalhos científicos tais como, artigos científicos, capítulos de livros, teses e dissertações, intervalo de 20 anos, no portal de periódico da CAPES nas bases Web of Science, Scopus, e Institute of Education Sciences (ERIC).

As obras foram selecionadas por palavras-chave em português, inglês e espanhol, a saber: Projeto Político Pedagógico, pedagogical political Project, Proyecto Político Pedagógico, Unidades de conservação, Conservation Unit, Unidad de Conservación ou Educação Ambiental, Environmental Education,

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 417-431, 2024.

Educación Ambiental. Os operadores booleanos “AND” e “OR” foram utilizados para uma maior eficácia e amplitude dos resultados. Desta coleção, foram selecionados trabalhos que continham, pelo menos, uma dessas palavras no título, nas palavras-chave ou resumo. Essas palavras foram escolhidas para cobrir o maior número de publicações na área. Para triagem dos artigos utilizou-se do aplicativo Ryyan que auxilia em pesquisas do tipo metanálise e revisão sistemática.

Como método para análise qualitativa dos dados, foi empregada a análise de conteúdo. Esta é percebida como um conjunto de estratégias de investigação com o viés de buscar um sentido para o documento, perpassando três etapas, a saber: (1) pré-análise: é a fase de organização do material utilizado para a coleta dos dados e estabelecer o corpus da investigação; (2) descrição analítica: etapa de aprofundamento do material que compõe o corpus da pesquisa, que se orienta, em geral, pelas hipóteses e referencial teórico; (3) interpretação referencial: é a fase de análise, reflexão, intuição (BARDIN, 2011).

A segunda etapa da pesquisa focou na análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das 15 escolas inseridas na área de abrangência do MONA São Francisco, no período de julho a agosto de 2022. Para tal, esses documentos foram solicitados às secretarias municipais de educação dos municípios, via ofício. Das quinze escolas contactadas, oito estão situadas na área urbana de Piranhas (AL) e Paulo Afonso (BA), e sete na zona rural de Delmiro Gouveia (AL), Canindé do São Francisco (SE) e Olho D'água do Casado (AL). Duas escolas retornaram aos ofícios e encaminharam os documentos. A partir do recebimento dos PPPs foi realizada a análise documental do material coletado, com o intuito de observar, se, e como, o MONA São Francisco é abordado no projeto de cada escola.

Resultados e Discussão

A busca documental resultou em um total de 78 trabalhos, dos quais 12 estavam em duplicidade e foram excluídos após a identificação do software Rayyan. O número de trabalhos resultante para análise foi de 66 documentos. Após leitura cuidadosa dos títulos e resumos dos artigos, foram excluídos 38 artigos considerados irrelevantes para essa pesquisa, restando 28 artigos para análise detalhada. Desses, apenas cinco publicações abordaram abrangentemente a intersecção entre EA, PPP e Monumentos Naturais ou Unidades de Conservação (Quadro 1). Os trabalhos que apresentavam, pelo menos, uma das palavras-chave pesquisada, também colaboraram com a construção da presente pesquisa.

As 23 publicações que não continham as palavras-chave foram lidas na íntegra e colaboraram com o presente estudo. Seus conteúdos abrangiam os PPPs como norteadores das práticas em sala de aula, sua importância para o processo de ensino aprendizagem, ou ainda, pesquisas voltadas para a prática de EA em UCs. Outros, ainda, apresentaram conteúdo voltado para os PPPs

ligados a educação básica de alguma forma, mesmo não associadas diretamente as práticas de EA em escolas próximas a UCs.

Quadro 1: Trabalhos que abordam Projeto Político Pedagógico em Unidades de Conservação.
Fonte: Autoria própria.

TÍTULO	PUBLICAÇÃO	AUTOR
Educação Ambiental em uma Unidade de Conservação: A visão de docentes de escolas públicas do sul fluminense.	Revista Ciências & Ideias, v. 7, n. 2, p. 105-136. ISSN: 2176-1477; 2016	PEREIRA, Ronaldo Figueró; ALVES, Marcelo Paraíso; BAUMGRATZ, Nair Dias Paim.
A importância de projetos de Educação Ambiental em uma unidade de conservação no semiárido nordestino.	Brazilian Journal of Environmental Sciences, v. 49. ISSN: 2176-9478; 2018.	CAMPELO, Ana Karine Ribeiro Melo; Juliana Barroso.
Educação Ambiental em unidades de conservação: uma experiência de gestão.	Universidade Federal do Rio Grande. Repositório Institucional; 2019.	PORTUGAL, Gisleine Cruz.
A Educação Ambiental na Construção de Espaços Educadores Sustentáveis: viabilidade, desafios e gestão em unidade de conservação.	Repositório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; 2021.	CAMPELO, Junior Marcos Vinicius.
Educação Ambiental e unidade de conservação: investigando um processo participativo na constituição de um Programa de Educação Ambiental.	Revista Biografia, número extraordinário. pp 1712-1720. ISSN:2619-3531; 2022.	DA SILVA, Nathália Formenton; SILVA, Rosana Louro Ferreira.

Discutindo o tema dos PPPs e EA em ambientes próximos a UCs, pesquisadores lançam luz sobre estratégias, desafios e recomendações educacionais que visam, não só, proteger o ambiente, mas também criar cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade do nosso planeta. Nesse contexto, destacam-se a seguir cinco autores cujos trabalhos contribuem significativamente para a compreensão da intersecção entre educação, conservação e PPPs em cenários de UCs.

Iniciaremos essa discussão falando sobre o artigo de Pereira (2016), o objetivo central do seu trabalho foi compreender objetivamente a relação entre EA e disciplinas curriculares formais, partindo de uma revisão de literatura que examinou pesquisas anteriores relacionadas à EA, currículos escolares e unidades de conservação. Em seguida, realizou-se um estudo de campo acompanhando escolas públicas da região Sul Fluminense. Nesta fase, professores foram entrevistados, a fim de se compreender a visão dos docentes sobre a EA e o impacto das visitas guiadas. O estudo destacou como a EA pode ser integrada de forma mais eficaz nos currículos escolares, enfatizando a importância das visitas guiadas como valiosas ferramentas educacionais. Ele também observou que a falta de tais métodos nos programas de ensino de política escolar poderia levar a lacunas na EA dos alunos, particularmente na avaliação

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 417-431, 2024.

deste conhecimento. Como principais resultados, o autor observou as consequências significativas da descentralização educacional e sua relação com áreas protegidas como o Parque Nacional do Iguaçu. A investigação mostrou que a fragmentação do ensino prevalece nas respostas da maioria dos educadores. Isso significa que, os currículos educacionais são divididos em disciplinas ou áreas isoladas, sem integração efetiva entre elas. Esta fragmentação limita uma compreensão holística e integrada das questões, especialmente nas questões ambientais.

Os resultados indicam, ainda, que as disciplinas nas escolas de áreas protegidas como o Parque Nacional do Iguaçu concentram-se principalmente nas ciências naturais. Isso significa que disciplinas relacionadas à Biologia, Ecologia, Geologia têm uma posição de maior destaque no ensino dessas áreas. Contudo, esta abordagem tende a reduzir a integração de outros conhecimentos importantes, como ética, cidadania, consumo e questões socioambientais. Os educadores mencionaram temas transversais como ética, cidadania e consumo, mas observou-se que a transversalidade é raramente aplicada na prática educativa. Isto sugere que, embora os educadores estejam conscientes da importância destes temas, a aplicação eficaz de tais conceitos interdisciplinares no ensino é limitada.

De acordo com Pereira (2016), limitações no uso efetivo da transversalidade podem estar relacionadas à formação tradicional de professores, que muitas vezes não conseguem adotar uma perspectiva global e integradora na educação. A formação de professores deve ser revista e atualizada para promover uma abordagem mais holística e interdisciplinar, permitindo aos professores integrar eficazmente temas transversais no seu ensino. O artigo destaca a necessidade de reconsiderar a integração da EA nas escolas, encorajar a inclusão de visitas guiadas ao Parque Nacional do Iguaçu e considerar a avaliação ambiental como parte integrante do planejamento educacional. Estas conclusões podem ter implicações importantes para que as escolas próximas às UCs desenvolvam estratégias educacionais mais eficazes e ajudem a melhorar a consciência ambiental dos alunos.

A integração eficaz da EA nos currículos escolares é um desafio fundamental para cultivar a consciência ecológica desde tenra idade. Um aspecto importante desta integração reside nas aplicações práticas e experienciais, onde as visitas guiadas são ferramentas educacionais valiosas. Essas visitas mergulham os alunos no ambiente natural, tornando o aprendizado mais tangível e significativo para os alunos.

Um exemplo concreto dessa integração foi observado por Campelo (2018), durante a análise de projetos relacionados à EA na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Serradas Almas, localizada na Caatinga de Crateús, no estado do Ceará. A metodologia utilizada baseou-se em estudo bibliográfico documental visando identificar e descrever programas de EA implementados em unidades de conservação. O programa de EA implementado pela UC demonstra a eficácia das visitas guiadas como estratégia educativa. Os projetos “Mata Branca” e “No Clima da Caatinga” foram desenvolvidos em duas fases temporais

distintas, com foco no entorno da RPPN Serra das Almas. Estruturados para promover a EA contextualmente no semiárido e no bioma Caatinga, os projetos incluem “A Caatinga vai à Escola, a Escola vai à Caatinga” e “Conheça e Conserve a Caatinga”. O primeiro envolve a organização de cursos de campo na área protegida da Escola Municipal de Crateús, e o segundo envolve ações nos municípios de Crateús e Buriti dos Montes, no estado do Piauí. Ao analisar esses projetos, o autor evidenciou que a EA foi desenvolvida segundo as circunstâncias específicas do semiárido e da Caatinga, atendendo às necessidades da população local. Esta abordagem contextual atraiu interesse e proporcionou benefícios significativos.

Campelo afirma ainda que, a EA dirigida às comunidades locais, incluindo diversos grupos sociais com vínculos diretos com unidades de conservação (UCs), é essencial para uma participação social efetiva na proteção da diversidade natural, cultural e histórica dessas áreas. Apesar dos benefícios e da abordagem contextualizada desses projetos, foi destacada a necessidade de melhorias de ambos, para alinhamento com os pressupostos teóricos estabelecidos no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Essas melhorias incluem o estabelecimento de uma rede de formação de educadores ambientais, a integração da EA nos PPPs das instituições de ensino, o uso de mídias para divulgação de informações sobre EA e a implementação de programas de EA nas RPPN. Além disso, a integração da EA nos PPPs das instituições da região é uma medida fundamental para integrar de maneira eficaz esta abordagem educativa nas escolas locais. Isto contribuirá para uma EA mais abrangente e sustentável, beneficiando não apenas as áreas protegidas, mas também as comunidades vizinhas.

Portugal (2019), assim como Campelo (2018), focou na relevância de abordagens contextualizadas para a promoção da EA em unidades de conservação. Os dois autores destacaram a necessidade de promover a integração efetiva da EA à prática educativa, visando alcançar uma gestão participativa e promover abordagens críticas e contextualizadas no contexto das unidades de conservação. Contudo, Portugal (2019) objetivou identificar temas, práticas e desafios relacionados com a promoção da EA crítica no contexto da gestão participativa no Parque Nacional da Serra do Cipó (MG), revelando os desafios que precisam de ser ultrapassados na implementação de ações pedagógicas estruturadas sob a forma de projetos nas escolas de acolhimento. O estudo adotou abordagem qualitativa descritiva e utilizou estratégia de triangulação de dados, incluindo pesquisa exploratória prévia.

O autor ressaltou em seu estudo do caso, tópicos de EA que surgem nas reuniões do Conselho, com destaque ao progresso relacionado a iniciativas para aproximar parques e comunidades, e apontando que elas estão intrinsecamente ligadas à dinâmica da realidade. Esses elementos constituíram o foco central de uma abordagem crítica de EA, que se baseia em intervenções políticas educativas que levantam questões sobre a realidade. Apesar disso, algumas pessoas mencionaram que a verdadeira batalha pela participação ainda não ocorreu plenamente, e o papel propulsor é atribuído principalmente ICMBio. Isto levanta

questões sobre a eficácia e a natureza do envolvimento da comunidade nas ações do parque. Os resultados mostraram que existem ações no parque que visam a gestão de conflitos e a promoção do diálogo. E, realça a importância de estratégias e práticas destinadas a estabelecer uma comunicação aberta e eficaz entre as diferentes partes interessadas, ajudando a alcançar uma gestão mais harmoniosa. Portugal (2019) destaca a importância da EA crítica na gestão de unidades de conservação e enfatiza a necessidade de superar desafios e implementar estratégias educacionais que integrem aspectos ambientais, sociais e políticos para auxiliar as escolas e as comunidades locais a desenvolverem uma compreensão mais profunda e informada das questões ambientais. Isso demonstra que as discussões e métodos educacionais estão alinhados com questões ambientais reais e relevantes para os contextos locais, garantindo a relevância e aplicabilidade da prática educativa.

Campelo (2021), focou na necessidade de superar os desafios na implementação de ações de ensino estruturadas e integradas no Parque Estadual do Prosa (PEP), localizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Enfatizou que na EA crítica aplicada na formação inicial de guarda-parques, gestores e demais profissionais envolvidos em EA em UC. Assim como Portugal (2019), destacou a necessidade de uma EA baseada em uma abordagem crítica e estruturada, que é o alicerce para uma gestão sustentável e formação de profissionais que atuam nesta área. O autor considerou as perspectivas de seus gestores, as políticas vigentes e as práticas institucionais de ensino, objetivando determinar quais características poderiam tornar um parque um espaço educacional sustentável, ou quais características poderiam atuar como uma barreira para essa transformação. A pesquisa foi qualitativa, utilizando um desenho de estudo de caso que combina análise documental, observação direta no PEP e entrevistas semiestruturadas com gestores envolvidos na política pública de EA no estado.

Os resultados mostram que existem importantes documentos e instrumentos relacionados às propostas de avaliação ambiental em unidades de conservação do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Contudo, recomendou-se que esses documentos sejam revisados, pois sua aprovação não considerou aspectos considerados críticos pelos educadores ambientais do estado. Além disso, o estudo destacou a necessidade de avaliar as práticas educativas em curso, especialmente dado o contexto de um país focado em modelos de agronegócio que ainda não incorporam plenamente a sustentabilidade socioambiental.

Este artigo propõe a concepção de um PPP que seja voltado para EA em unidades de conservação, alinhado ao plano de manejo de cada UC, como método que pode levar a uma gestão ambiental mais democrática, à construção de espaços educacionais sustentáveis e, a fim de promover a crítica ambiental. A análise do artigo também destaca a necessidade de reexaminar as estratégias de políticas públicas para a EA no campo da proteção ambiental no estado do MS, visando garantir as condições necessárias para a criação de espaços

educacionais sustentáveis, não apenas nos PEPs, mas também em outros tipos similares de unidades de conservação.

Como Campelo (2021), Silva (2022), destacou consistentemente a urgência de reexaminar as estratégias de políticas públicas voltadas para a EA. Esse autor apresentou uma abordagem teórica relevante ao enfatizar a importância da aprendizagem social como base do programa de EA da Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí-Piracicaba, no estado de São Paulo. O objetivo principal do trabalho foi analisar o processo de elaboração do Programa de Educação Ambiental (PEA) da APA com base no referencial teórico da aprendizagem social. O método utilizado é denominado pesquisa participante, em que os pesquisadores participaram ativamente e contribuíram na elaboração das mesas temáticas em todas as reuniões relacionadas à criação do PEA-APA. O autor mostra que objetivo do programa de educação política da EA crítica é auxiliar e orientar o sujeito no desenvolvimento de valores e mudanças de atitude, contribuindo para a formação do sujeito ecológico, cuja prática educativa se constitui na formação do sujeito como ser pessoal e social.

Os trabalhos analisados acima destacaram a necessidade de uma abordagem integrada e contextualizada para a EA, que se estenda além da sala de aula. A interação direta com a natureza não só enriquece a aprendizagem, mas também promove o sentido de ligação com o meio ambiente e de responsabilidade, valores fundamentais para uma cidadania ativa e consciente.

Com relação aos PPPs das escolas no entrono do MONA São Francisco, das 15 instituições de ensino contactadas, apenas duas retornaram o contato e apresentaram os PPPs. Alegando que os PPPs das escolas estavam desatualizados, ou em fase de construção, retornaram 13 das 15 instituições, não enviando o documento. Quatro escolas explicaram que o período da pandemia do COVID-19 atrasou a construção do documento, razão pela qual não seria possível a colaboração da escola com a presente pesquisa.

A leitura e observação dos PPPs das escolas próximas a Monumentos Naturais são importantes para garantir que a EA esteja adequadamente integrada à prática educativa, promovendo o respeito pelo ambiente natural e contribuindo para a conservação dessas áreas protegidas. Além disso, permite identificar áreas que precisam ser aprimoradas para fortalecer o vínculo entre educação e conservação ambiental. O PPP é um documento de obrigatoriedade legal, e de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) deve ser atualizado anualmente, visando assim, aproximar todos os envolvidos na escolarização para encontrarem subsídios para compreender e praticar práticas pedagógicas que reflitam o presente e antecipem o futuro (LDBEN 9.394/96; QUARESMA, 2021).

O PPP da “ESCOLA 1” foi construído em 2015, contendo 104 páginas, e considerado desatualizado pela instituição. A EA é trabalhada através do conteúdo programático. Na pré-escola: o ambiente; água; solo; ar; a natureza; recursos naturais; dia e noite; estações do ano; os animais; utilidade dos animais; jardim, horta e pomar; plantas; alimentação; o homem e a natureza. No Ensino

Fundamental I: o ambiente; higiene do ambiente; o lixo; seres vivos e seres não-vivos; os vegetais; higiene com os alimentos; higiene com lugares públicos; as plantas; os animais. E, no Ensino Fundamental II: os seres vivos e o meio ambiente; a água no ambiente; desequilíbrios ambientais; as rochas e o solo; diversidade de vida na terra; os reinos.

Apesar de extenso, o documento traz conteúdos voltados para a educação tradicional, não considerando a realidade local. Os conteúdos são voltados de forma mais enfática para Português e Matemática. Disciplinas como Ciências, Geografia e História trazem apenas conteúdos abordados nos livros didáticos, distribuídos nacionalmente. As realidades locais não são abordadas e sem a oportunidade de se trabalhar o espaço geográfico onde a escola está inserida, o seu histórico e a sua importância ecológica.

O PPP da “ESCOLA 2” está em reformulação e possui uma linguagem acessível ao seu público. Embora tenha sido enviado incompletamente, atualmente contém 35 páginas, com ausência de lista de conteúdos trabalhados na escola. A abordagem da EA foi feita uma única vez, sem detalhamento suficiente ou referência ao MONA São Francisco. A EA é abordada mediante palestras, reuniões de pais e mestres, com a Coordenação do Assentamento Nova Esperança e a Escola, buscando conscientizar sobre a preservação do meio ambiente.

Com base na análise dos conteúdos dos documentos disponibilizados pelas “ESCOLA 1” e “ESCOLA 2”, pode-se observar que não existe um Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais (PPPEA) para as intuições. Além disso, no que tange a EA, os PPPs das escolas não mencionam a importância e visibilidade do MONA São Francisco, ou instigam práticas eficazes de EA que levem a comunidade a repensar sobre as suas atitudes ao usufruir dos recursos disponíveis na localidade.

Vários métodos de trabalho com EA são possíveis, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) afirmam que a interdisciplinaridade é essencial para o desenvolvimento de temas relacionados ao meio ambiente, sendo necessário, portanto, desmontar as informações e reuni-las em um mesmo contexto em múltiplas disciplinas.

Conclusões

A análise dos trabalhos resultantes da pesquisa bibliográfica, evidenciou a carência de material bibliográfico específico voltado para a construção dos PPPs direcionados a UCs, em especial ao MONA São Francisco. A literatura disponível é escassa e carece de abordagens que considerem de maneira aprofundada a integração da interdisciplinaridade e a contextualização da UC no processo educativo. Os trabalhos focados na integração de práticas pedagógicas voltadas para a EA nos PPPs em escolas próximas a UCs, revelaram uma perspectiva crítica e essencial para o futuro sustentável de nossa sociedade. Sendo assim, a EA não deve ser apenas uma componente adicional, mas deve ser o eixo central

do nosso percurso educativo, refletindo os valores, práticas e responsabilidades associadas à proteção ambiental.

Sobre a ausência da aplicação efetiva dos PPPs das escolas participantes da pesquisa, bem como a abordagem do MONA São Francisco nos mesmos, fica evidente a necessidade de integração entre o patrimônio natural e cultural da UC nas estratégias educativas locais. A falta de referência a este importante cenário ambiental nos PPPs limita o potencial educativo da escola e impede que os alunos se beneficiem plenamente das oportunidades de aprendizagem que a proximidade com uma UC pode oferecer.

Nos PPPs das escolas próximas ao MONA São Francisco, a aplicação de uma abordagem interdisciplinar é de extrema importância, a riqueza e a singularidade do ambiente circundante exigem uma compreensão abrangente e integrada que transcenda as limitações de disciplinas isoladas. A integração de conhecimentos de diferentes áreas pode proporcionar uma compreensão mais abrangente de questões ambientais complexas em contextos específicos. A forte presença da interdisciplinaridade nos PPPs escolares não só reflete um compromisso com uma educação mais significativa e contextualizada, mas também permite que os alunos se conectem com os ecossistemas locais e suas interações de forma mais profunda e responsável.

Dada esta situação, é fundamental que a comunidade educativa, os administradores escolares e os responsáveis pelo desenvolvimento da política educacional considerem cuidadosamente a inclusão de mensagens e estratégias específicas ao MONA São Francisco no PPP. Além disso, a colaboração entre agências governamentais, como o ICMBio, instituições educacionais e as comunidades locais é fundamental para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Conservação Federais (PPPEA) do MONA São Francisco. Essas parcerias valorizam a riqueza ecológica e cultural da região e promovem uma EA engajada e consciente.

Referências

BARBOSA, E.P. Leituras sobre processo de implantação de uma licenciatura em ciências naturais e matemática por área do conhecimento. **Tese** (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro (Unesp RC), Rio Claro, 2012, 312 f.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto Lei s/n.º de 05 de junho de 2009**: cria o Monumento Natural do Rio São Francisco.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a LDBEN nº 9.394/96. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 2000**: Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 417-431, 2024.

CAMPELO, A.K.R.; MELO, J.B. A importância de projetos de Educação Ambiental em uma unidade de conservação no semiárido nordestino. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** (RBCIAMB), Rio de Janeiro, n. 49, p. 81–94, 2018.

CAMPELO, J.M.V. A Educação Ambiental na Construção de Espaços Educadores Sustentáveis: viabilidade, desafios e gestão em unidade de conservação. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021, 160 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3943>>. Acesso em 11 mar. 2024.

CAVALCANTI, L.S. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referêncnia para a formação e a prática de ensino. In. CAVALCANTI, L.S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, S.P: Papirus, 2008, p. 39-62.

DA SILVA SOUZA, F.R. Educação Ambiental e sustentabilidade: uma intervenção emergente na escola. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 3, p. 115-121, 2020.

DA SILVA, N.F.; SILVA, R.L.F. Educação Ambiental e unidade de conservação: investigando um processo participativo na constituição de um Programa de Educação Ambiental. In: Memórias XI Congreso Latinoamericano de Enseñanza de la Biología y la Educación Ambiental. 27 y 28 de octubre 2022. **Revista Biografía**. Escritos sobre la Biología y su enseñanza. Año 2022, Número Extraordinario. pp 1712-1720. Disponível em: <<https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/biografia/article/view/18256/11747>>. Acesso em 11 mar. 2024.

DOS SANTOS, S.A.; NUNES, F.G. Mapeamento do conflito de uso legal da terra nas unidades de conservação (UCs) da Reserva da Biosfera do Cerrado: nordeste de Goiás. **Anais do XVII Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**. São Jose dos Campos, SP: MCT/INPE, 2015, v. 1, p. 933-940.

DOURADO, L.F.; SIQUEIRA, R. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 291-306, 2019.

FUNDAJ. Relatório parcial da pesquisa de Mapeamento e Análise Espectro-Temporal das unidades de conservação de Proteção Integral da Administração Federal no Bioma Caatinga: **Monumento Natural do Rio São Francisco**. Recife, 2023.

GRZEBIELUKA, D.; KUBIAK, I.; SCHILLER, A.M. Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil. **Revista Monografias Ambientais**, p. 3881-3906, 2014.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – **Caatinga: Mona do Rio São Francisco**. Disponível em: Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5077>> Acesso em: 11 mar. 2024.

ICMBIO. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade** – Guia informativo, orientador e inspirador. Brasília. 2016b.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação. **O PPPEA em Unidades de Conservação federais e na gestão da biodiversidade - texto explicativo**, Brasília: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca/ongs/pppea.html>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

MEDINA, N.M. A formação de multiplicadores em Educação Ambiental. In: PEDRINI, A.G. (Org.). **O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 47-70.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Diretoria de Educação Ambiental. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC (Encea)**. Versão Final. Brasília. MMA, 2010. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>>. Acesso em: 04/05/2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A unidade de conservação e o território: reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação. Caderno 1**. 2015 a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/154-serie-ea-uc>>. Acesso em: fev. 2023.

PEREIRA, R.F.; ALVES, M.P.; BAUMGRATZ, N.D.P. Educação Ambiental em uma Unidade de Conservação: A visão de docentes de escolas públicas do sul fluminense. **Revista Ciências & Ideias, ISSN: 2176-1477**, v. 7, n. 2, p. 105-136, 2016.

PORTUGAL, G.C. Educação Ambiental em unidades de conservação: uma experiência de gestão. 2019. **Dissertação** de Mestrado. – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019, Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7625910>. Acesso em 11 mar. 2024.

QUARESMA, E.B. et al. A importância do projeto político pedagógico dentro do âmbito escolar (PPP): análise do PPP da escola municipal de Ensino Fundamental II Anete Farias da Silva no município de Oiapoque-AP. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Instituto Federal do Amapá, Macapá, 2021, Disponível em: <<http://repositorio.ifap.edu.br/jspui/bitstream/prefix/454/1/QUARESMA%20%282021%29%20-%20A%20importancia%20do%20projeto%20político.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2024.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 417-431, 2024.

SIMPLÍCIO, L.S.; CUNHA, M.C.C.; PEREIRA, N.S. Avaliação e sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos do monumento natural do São Francisco. **Dissertação** de Mestrado. – Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, 2021, Disponível em: <<https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/c3c68687-361d-4bfc-ba84-887753225758/content>>. Acesso em 11 mar. 2024.

TORRES JÚNIOR, E. U. Conhecimento ecológico e percepção ambiental sobre primatas por uma comunidade rural no entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenho Gargaú, Paraíba, Brasil. 55 f. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia e Monitoramento Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Monitoramento Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2015.

VASCONCELOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004a.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 10. ed. Campinas: Papirus, 2000.

WITT, J.R., LOUREIRO, C.F.B, ANELLO, L.F.S. Vivências em Educação Ambiental em Unidades de Conservação: caminhantes na trilha da mudança. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 30, n. 1, p. 83 – 101, jan./ jun. 2013.

WWF. **Efetividade da gestão das unidades de conservação federais do Brasil: resultados de 2010**. 2012. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?31645/Efetividade-de-Gestao-das-Unidades-de-Conservao-Federais-do-Brasil-resultados-de-2010>>. Acesso em 11 mar. 2024.